

INFORMANDO SOBRE DINHEIRO: A BIBLIOTECA PÚBLICA COMO LUGAR DE LETRAMENTO E EDUCAÇÃO FINANCEIRAS

E-mail:
gjorgerodrigues@yahoo.com

Gabriel Jorge Rodrigues de Oliveira¹, Simone Borges Paiva Okuzono²

RESUMO

Este artigo investiga o potencial das bibliotecas públicas como espaços de promoção do letramento financeiro no Brasil, analisando a ausência dessas instituições nas políticas nacionais de educação financeira. Por meio de pesquisa qualitativa e análise documental, são examinados dois documentos centrais: as diretrizes da *Reference and User Services Association* documento estadunidense que orientam bibliotecas na oferta de serviços de letramento financeiro, e a Estratégia Nacional de Educação Financeira principal política brasileira sobre o tema. Os resultados evidenciam que, enquanto as diretrizes internacionais posicionam a biblioteca como agente fundamental para o acesso e a mediação de informações financeiras, a política brasileira ignora completamente o papel das bibliotecas públicas e escolares, concentrando-se no ambiente formal de ensino. Conclui-se que há uma lacuna significativa na integração das bibliotecas às estratégias de educação financeira no país, apontando a necessidade de maior articulação entre políticas públicas e a atuação bibliotecária. Propõe novos estudos sobre o tema em vista de questões financeiras da população brasileira.

Palavras-chave: Bibliotecas públicas. Políticas públicas. Letramento financeiro.

ABSTRACT

This article investigates the potential of public libraries as spaces for promoting financial literacy in Brazil, analyzing the absence of these institutions in national financial education policies. Through qualitative research and document analysis, two central documents are examined: the guidelines of the *Reference and User Services Association*, an US document which guide libraries in offering financial literacy services, and the National Financial Education Strategy, the main Brazilian policy on the subject. The results show that while international guidelines position the library as a key agent for accessing and mediating financial information, the Brazilian policy completely ignores the role of public and school libraries, focusing solely on the formal educational environment. It is concluded that there is a significant gap in the integration of libraries into financial education strategies in the country, pointing to the need for greater articulation between public policies and library science practice. It proposes new studies on the subject in regard of financial issues of Brazilian population

Keywords: Public libraries. Public policies. Financial literacy.

¹ Graduado em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), com especialização em Antropologia pelo Instituto Líbano. Técnico em Automação Industrial pelo CEFET-RJ. Enfoque em temas como competência em informação, letramento financeiro, filosofia da tecnologia com foco na obra de Pierre Levy e Jacques Ellul, historicidade de Jesus e a memória coletiva das primeiras comunidades cristãs na produção dos Evangelhos. Atua como bibliotecário no CEFET-MG.

² Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). <http://lattes.cnpq.br/3728452144265973>

1 INTRODUÇÃO

A Sociedade da Informação, com o seu processo acelerado de digitalização e conectividade constante, apresenta novas questões que dizem respeito a todas as áreas do saber. De fato, há uma série de mudanças drásticas a nível cultural, social, econômico e político que não escaparam aos questionamentos perspicazes dos estudiosos da Ciência da Informação. Há muito se publica acerca das mudanças que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) geram na maneira como as pessoas buscam, avaliam e utilizam as informações que necessitam. Contudo, no Brasil, os estudiosos da área ainda não falam de como as TICs impactam as finanças pessoais, na maneira como os indivíduos e famílias buscam informações para melhor gerirem seus recursos e como os profissionais da informação podem e devem estar a par destas necessidades.

A proposta do artigo é contribuir com a pesquisa teórica e a prática no campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação com a conceituação de letramento financeiro, a sua origem e relação com a competência em informação. Pretende-se também contemplar as bibliotecas públicas brasileiras como lugar de contribuição do letramento financeiro nas comunidades a que servem. Usa-se como metodologia a pesquisa documental, para avaliar dois documentos que descrevem práticas a nível nacional e estrangeiro a fim de investigar quais o papel dos equipamentos educacionais a fim de verificar se e como esta tipologia de biblioteca está inserida dentro do plano. Pretende-se a partir daí propor caminhos para que os acadêmicos da área da informação estudem o impacto das informações financeiras na vida dos indivíduos e programas voltados a este objetivo nas suas comunidades.

2 O QUE É LETRAMENTO FINANCEIRO?

Definimos o letramento financeiro neste artigo como a habilidade de buscar, avaliar e utilizar informações de natureza financeira. Este conceito multidisciplinar encontra no âmbito da Biblioteconomia uma prática delineada de forma abrangente pela associação de bibliotecários de referência da American Library Association, a *Reference and User Services Association (RUSA)*, no documento *Financial Literacy Education in Libraries: Guidelines and Best Practices for Service* (Educação em letramento financeiro nas bibliotecas: diretrizes e boas práticas, em tradução livre), que norteia a prática dos bibliotecários estadunidenses com diretrizes e boas práticas para identificar, acessar e comparar informação em fontes várias, avaliar estas informações criticamente, aplicá-las nas finanças pessoais de maneira prudente e de forma ética (RUSA, 2022).

Cunhado pela *Organization for Economic Co-operation and Development (OECD)*, a educação financeira é definida como um processo pelo qual

As pessoas ampliam seus conhecimentos a respeito de produtos e conceitos financeiros. Por meio de informações, instruções e/ou conselhos, se capacitam a desenvolver habilidades que as tornem conscientes a respeito dos riscos e oportunidades envolvidos em operações financeiras. (OECD *apud* Carvalho e Carlo, 2021, p. 5)

A correlação entre os conceitos ocorre por *letramento* dizer respeito à incorporação de habilidades básicas, que servirão de base para a posterior aquisição dos conhecimentos financeiros para utilizá-los em operações cotidianas, a *educação*. Isto já havia notado pelas

autoras Alves, Macedo e Lima (2023) em artigo que tratam da disputa em torno da tradução do termo *information literacy* para o português e sua apropriação pelos teóricos brasileiros, no qual *letramento* é uma palavra que colocaria o conceito em relação direta com a área da Educação

A competência em informação se entende como a capacidade de reconhecer as necessidades informacionais próprias e buscar, avaliar e utilizar informações, bem como criá-las no contexto sociocultural das tecnologias da informação (IFLA, 2005). Este conceito, utilizado primeiramente por Paul Zurkowski com o termo em inglês *information literacy*, foi pensado a partir das teorias e vivências de bibliotecários estadunidenses e australianos diante dos desafios e oportunidades que a Sociedade da Informação oferecia aos usuários (OLIVEIRA, 2024). De fato, como pontuam Spiranec, Zorica e Simoncic (2012), Zurkowski já estava aberto à perspectiva financeira:

A correlação entre IL [*information literacy*] e FL [*financial literacy*] tem inclusive uma dimensão histórica. A definição mesma do termo *information literacy* em 1974 por Zurkowski foi acompanhada pela expressiva importância do seu alcance relacionado a metas econômicas e no ambiente de trabalho, e por isso uma base sólida foi providenciada para a consideração de questões econômicas em relação ao contexto da IL (Spiranec, Zorica e Simoncic, 2012, p.5).

A *information literacy*, como é chamada no mundo anglófono, foi amplamente absorvida pelos teóricos brasileiros. Intentou-se desde o início desenvolver o conceito recebido dos estrangeiros - a começar do artigo pioneiro no Brasil de Sonia Caregnato em 2000, utilizando o termo *alfabetização informacional* (Alves; Macedo; Lima 2023), - integrá-lo nas grades curriculares dos cursos de Biblioteconomia e utilizá-lo nas unidades de informação brasileiras. Após isso, surgiram outras traduções como *letramento informacional e competência informacional*. Cada um desses termos contém um certo posicionamento dos autores, a partir dos seus fundamentos teóricos e da epistemologia que cada um adota acerca da informação, conforme apontam em seu artigo por Alves, Macedo e Lima (2023): aquele mais relacionado à área da educação e às habilidades básicas de leitura e escrita e este mais relacionado à Administração, buscando uma autonomia do ambiente escolar e reconhecendo que a habilidade de busca, avaliação, uso e criação de informação no contexto atual é mais abrangente.

O uso da palavra *competência* para se justificar pelas práticas informacionais que estão na origem da ideia ora debatida no artigo, abrangendo mais que a prática pedagógica na escola: a partir do ano de 2007, confrontados com a recessão econômica que se abateu sobre os Estados Unidos e afetou gravemente a população, os bibliotecários estadunidenses buscaram soluções para que os usuários de suas bibliotecas pudessem encontrar via internet novas vagas de emprego, informações para melhor gerir suas rendas e despesas e como negociar suas dívidas. Ações diversas e eficazes surgiram a partir daí, atraindo a atenção dos estudiosos da área, que começaram a partir de 2009 a pesquisar e avaliar o sucesso destas ações. Estabelece-se assim, a partir dos profissionais e teóricos estadunidenses, o conceito de *financial literacy*.

Uma dessas soluções de sucesso é o programa de letramento financeiro implantado em cerca de 1.300 bibliotecas nos Estados Unidos, *Smart investing @your library*³ (Investimento inteligente na @sua biblioteca, em tradução livre). Uma parceria da comunidade bibliotecária com a Financial Industry Regulatory Authority (FINRA), instituição reguladora financeira com o objetivo de salvaguardar investidores combatendo crimes e fraudes no mercado financeiro dos Estados Unidos. O programa oferece cursos de capacitação para a equipe da biblioteca a fim de suprir as demandas informacionais sobre finanças da sua comunidade por meio de quatro

³ Site do programa: <https://smartinvesting.ala.org/>. Dividido em módulos, apresenta treinamento para equipes, bibliotecas-modelo, fontes de informação confiáveis segundo o contexto estadunidense e uma área específica para o letramento financeiro de crianças.

módulos: conheça seu estado⁴; conheça seu acervo; conheça sua equipe; e conheça seus usuários. O site oficial do *Smart investing* ainda apresenta bibliotecas-modelos, que focam no letramento financeiro de parcelas específicas da população estadunidense e ainda oferece material específico para crianças. Isto demonstra que há uma atenção de uma parcela da classe bibliotecária estadunidense às necessidades informacionais de grupos populacionais específicos, tendo em vista supri-las.

Apesar da sua origem de quase duas décadas, o letramento financeiro e as práticas que são pertinentes não tiveram a devida aderência no Brasil. Ajuda a entender o motivo para isso a observação de Spiranec, Zorica e Simoncic (2012) da perspectiva do leste europeu, ao pontuar que a competência informacional foi sendo apropriada progressivamente pela área da educação, enquanto as escolas de Economia e o mercado financeiro não se apropriaram do seu aspecto financeiro, devido à celeridade de mudanças e alta complexidade do setor. No que diz respeito às bibliotecas públicas, por terem sido vistas originalmente como espaços de lazer para a população, quando foram pensadas durante o século XIX, o aspecto formativo que poderiam ter foi relegado ao segundo plano, – o que posteriormente foi e está sendo colocado no centro do fazer bibliotecário por meio das ações culturais em bibliotecas. Além disso, em nível prático, as equipes da biblioteca podem não ter formação específica suficiente para orientar suas comunidades pouco letradas financeiramente, e tratar de dinheiro e finanças pessoais publicamente ainda é tabu em certas regiões, sendo custoso alterar a mentalidade dos indivíduos a este respeito. As autoras também apresentam a crise financeira de 2007 como o ponto de mutação que levou os bibliotecários a abordarem necessidades informacionais financeiras de suas comunidades.

A partir da experiência das autoras com bibliotecas públicas e letramento financeiro, Oliveira apresenta 11 programas indicados longo do texto que poderiam ser implementados em bibliotecas públicas, advogando em favor de sua aplicação nesta tipologia de biblioteca:

[...] investimentos; gastos do dia a dia; poupança para aposentadoria; planos de saúde; educação financeira infantil; criação de planos de poupança para a família; meio de estabelecer e alcançar metas financeiras; como retomar o controle das finanças em caso de inadimplência; meios de iniciar empresas e pequenos negócios; acesso a fontes de informação financeira, profissional e oportunidades de carreira; hipoteca, crédito e empréstimos; leitura crítica de informações financeira; empoderamentos dos trabalhadores pela leitura. (Oliveira, 2023, p. 27).

Fica claro que o letramento financeiro é uma área transdisciplinar que, além da Ciência da Informação, Biblioteconomia, perpassa a Administração, Economia e Educação, devendo receber contribuições dos profissionais de diferentes áreas. Um bibliotecário especializado em letramento financeiro deve ter formação multifacetada, bem como conhecimento da situação socioeconômica em que ele está, e portanto, a comunidade atendida pela sua biblioteca também.

Ainda que nem este conceito, as práticas atreladas a ele ou a formação necessária para os bibliotecários sejam contemplados ainda na Biblioteconomia brasileira, os órgãos governamentais em contrapartida estão pensando em maneiras de educar financeiramente a nossa população, representados no documento ora analisado neste artigo.

⁴ No site: *Starting Points*. Fornece orientações para avaliar as forças, fraquezas e oportunidades que a equipe e as coleções da biblioteca oferecem, assim como o ambiente socioeconômico em que a biblioteca está. Ressaltamos a importância deste módulo para profissionais que queiram iniciar um programa de letramento financeiro em suas unidades.

3 METODOLOGIA

A abordagem qualitativa é empregada neste trabalho. Foi realizada pesquisa documental sobre dois documentos de origem digital: as *Guidelines* elaboradas pela RUSA e a *Estratégia* elaborada pela ENEF. Por este método debruça-se sobre o documentos em questão, é revelada a importância do tema tratado, busca-se avaliar as teses propostas em cada um e como elas podem iluminar o objeto de pesquisa, no caso, as bibliotecas públicas brasileiras como vetor de letramento financeiro para as comunidades que atendem.

Foram consultadas bases especializadas como BRAPCI, Taylor & Francis e Google Acadêmico para construção do referencial teórico, além de sites institucionais (IFLA, ALA, FEBAB e Banco Central) para identificação de políticas sobre letramento financeiro.

Selecionaram-se para análise comparativa:

- Estratégia Nacional de Educação Financeira (Brasil), por configurar a principal política nacional no tema e por sua abrangência em retratar ações de educação financeira em todo o país.
- *Financial Literacy Education in Libraries: Guidelines and Best Practices for Service* (Estados Unidos), por ser um guia abrangente e coeso de uma associação de bibliotecários sobre o conceito abordado.

De acordo com Severino (2016), a abordagem qualitativa é mais apropriada para o estudo dos fenômenos humanos no mais das vezes, porque consegue avaliar a subjetividade que escapa à abordagem experimental-matemática. E dentre as diversas abordagens qualitativas, o método documental usa como fonte “conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise” (Severino, 2016, p.131). Este artigo colhe uma análise de dois textos que, ainda que antes tratados em separados, não foram relacionados nem problematizados para suscitar questões que sejam pertinentes à melhor utilização da biblioteca pública como espaço educacional focado nas finanças.

A comparação dos documentos tratados justifica-se por permitir avaliar aplicações concretas do letramento financeiro em diferentes contextos nacionais (Lima *et al.*, 2012). A análise focaliza convergências e divergências entre as abordagens, resulta em uma avaliação de como o conceito é apropriado como fundamento teórico de práticas no espaço das bibliotecas e nas estratégias governamentais de educação financeira. Foram extraídos dados sobre as principais atividades voltados ao letramento financeiro da população, os segmentos populacionais contemplados com as ações, o papel dos equipamentos públicos⁵ como espaços de educação financeira e a presença ou ausência da biblioteca pública.

4 A FINANCIAL LITERACY IN LIBRARY: GUIDELINES AND BEST PRACTICES – UM CASO DE SUCESSO

Para este artigo, considera-se o documento de 2022, elaborado pela *Business Reference and Service Sections* e o *Financial Literacy Interest Group* em parceria com RUSA a partir de

⁵ Conforme o Ministério das Cidades, são espaços que fazem parte da infraestrutura e destinados aos serviços públicos. Os equipamentos são divididos entre urbanos e comunitários, as bibliotecas públicas sendo classificadas neste último.

um financiamento da *Institute of Museum and Library Services* com o objetivo de promover ações inovadoras nas unidades informacionais. Segundo as *Guidelines*,

[...] o gerenciamento de finanças pessoais requer informação. Diferentes tipos de informação são necessários para que seguramente e com sucesso se adquira dinheiro, faça empréstimos, poupe, invista, gaste e proteja-se contra riscos. Uma multidão de fontes oferece informação financeira, e essas fontes podem variar consideravelmente em suas opiniões, confiabilidade e objetividade. Os princípios da competência informacional devem ser integrados a cada um dos níveis das orientações do letramento financeiro. Assim como em outros tipos de letramento, bibliotecas são qualificados de maneira ímpar para alcançar essa demanda informacional (RUSA, 2014, p. 4, tradução nossa).

Assim, o documento apresenta orientações em seis eixos temáticos, estruturando-se em dois níveis, - do mais amplo ao mais específico - com proposta de adaptação ao contexto de cada comunidade. Essa estrutura revela uma compreensão das necessidades informacionais e financeiras de cada comunidade.

A primeira seção diz respeito a como ganhar dinheiro. Segundo as *Guidelines*, o objetivo aqui é informar sobre os tipos de renda (ativa e passiva) e sobre a escolha do emprego, com os benefícios que cada cargo comporta, a relevância da educação para aumentar a remuneração e os benefícios governamentais como suporte ao bem-estar financeiro; a segunda orientação trata do empréstimo e crédito, orientando a equipe a ensinar a comunidade sobre a real necessidade de solicitar crédito às instituições financeiras, e como selecionar um produto ante a variedade de opções existentes, orientando a avaliar o empréstimo como impactante das demais; a terceira seção é sobre poupança e investimento.

Segundo as *Guidelines*, a renda que não é gasta é poupada ou é investida, com diferentes finalidades, como usufruir as férias, reforma da casa, aposentadoria ou a educação dos filhos, devendo os usuários serem informados sobre os riscos de se tornarem investidores e ajudarmos a entenderem se tem um perfil de investimento conservador, moderado ou arrojado; a seção de orientações acerca dos gastos, orienta-se trabalhar com a comunidade a formação de um orçamento para as diversas necessidades, bem como a diferenciação entre estes e desejos de consumos; mapear o destino do dinheiro na economia doméstica, educar para a pesquisa de preço, prevenção de fraudes, a verificação de doações para caridade e estratégias contra compras compulsivas e excesso.

A biblioteca deve buscar alertar os usuários sobre suas vulnerabilidades que podem ser aproveitadas por pessoas mal-intencionadas. No contexto brasileiro, esta é uma orientação particularmente importante, dado que, até 2021, de acordo com o levantamento do Serasa Experian (2021), empresa privada de análise de dados financeiros e apoio a negócios, a cada 8 segundos foi feita uma tentativa de fraude no Brasil, totalizando 1,9 milhões de ataques apenas no primeiro semestre daquele ano.

A última seção apresenta as boas práticas que uma biblioteca pública pode ter na execução das atividades de letramento financeiro, entendendo boa prática como “uma técnica ou metodologia que, por meio da experimentação ou pesquisa, se provou confiável em alcançar os resultados almejados” (RUSA, 2014, p.15). Para compor esta parte, as *Guidelines* afirmam que se basearam em fontes confiáveis, avaliações, pesquisas realizadas pelos membros do grupo que produziu o documento e casos tirados da Smart Investing @your library, já citada anteriormente.

5 A ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA: ONDE FICAM AS BIBLIOTECAS?

A Estratégia Nacional de Educação Financeira é um programa de educação financeira e previdenciária da população, idealizado e levado a cabo pelos órgãos competentes nesta seara: o Banco Central do Brasil (BCB), a Comissão de Valores Mobiliários, a Superintendência de Seguros Privados, a Secretaria do Tesouro Nacional, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar, a Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Ministério da Educação. Juntos, compõem o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF).

Este Comitê alinha-se com as deliberações da OECD no que diz respeito à educação financeira dos signatários, o qual inclui o Brasil. Segundo a Organização, a educação financeira é importante sobretudo nas idades escolares, motivo pelo qual são realizadas pesquisas tratando do uso de tecnologias da informação em transações financeiras e o nível de letramento financeiro de estudantes dos países signatários foi avaliado em um dos exames do Programa Nacional de Avaliação dos Estudantes (PISA).

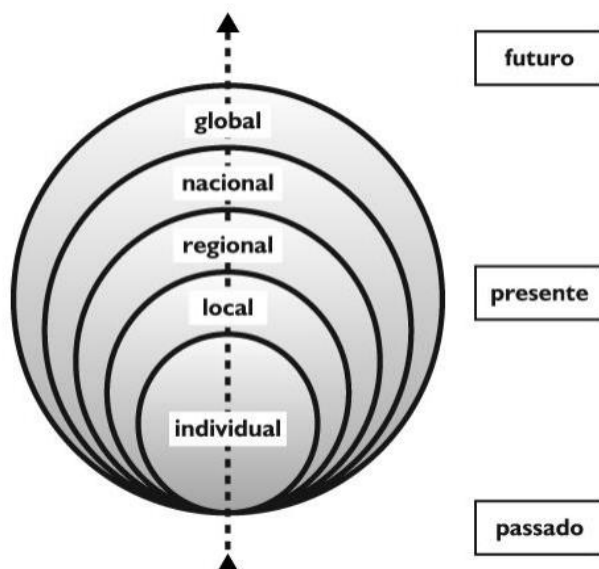
O CONEF publica um relatório no qual são prestadas contas das ações ENEF e utilizou-se para este trabalho o relatório de 2018 por não ter sido possível localizar um relatório mais recente, ainda que no ano de 2024 tenham sido realizadas duas semanas voltadas para educação financeira, chamadas *Proteção financeira e solidariedade aos Irmãos do Rio Grande do Sul* (por conta das fortes chuvas que devastaram o estado no início do ano).

Para entender o conceito norteador do documento, o BCB apresenta como sua a definição da OCDE, com algumas adaptações para a nossa realidade:

o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, façam escolhas bem-informadas, saibam onde procurar ajuda, adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar, contribuindo, assim, de modo consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (BRASIL, 2013, p. 3).

A perspectiva de educação financeira para o Comitê também é abrangente e de longo prazo, não se limitando a ações pontuais e breves, como indica a Figura 1 abaixo:

Figura 1 – Dimensões espacial e temporal da Educação Financeira.



Fonte: Banco Central do Brasil, 2013.

A adoção de políticas e iniciativas voltadas para a educação financeira dos brasileiros é pensada como um encadeamento de atitudes relacionadas no espaço-tempo, ou seja, as finanças pessoais de uma pessoa ou de um núcleo familiar podem afetar coletivamente sua localidade e ir se expandindo até o nível mais amplo, o global. Essas atitudes, além do mais, se perpetuam no tempo, já que atitudes que tomamos no passado afetam nossa situação financeira atual, – positiva ou negativamente –, e poderão inclusive estender-se ao futuro.

Considerando que as crianças e jovens são vistos como os principais alvos das iniciativas brasileiras (BRASIL, 2013), o CONEF, em parcerias com Institutos de Ensino Superior e as Secretarias de Educação estaduais, ocupou-se da criação de polos de educação financeira, nos quais professores da rede estadual de ensino poderiam receber a formação necessária para repassá-la aos seus alunos, mediante cursos de extensão e de especialização na modalidade virtual.

Os ministradores dos cursos são professores da área de Finanças, Economia, Contabilidade, Educação Fiscal, Ambiental e Empreendedora, Psicologia e outras (AEF BRASIL, 2018). A expectativa é que a formação dos docentes resulte em disseminação da informação para os alunos, com a respectiva mudança de atitudes perante questões financeiras e que estas impactem suas famílias e comunidades. Até o momento de lançamento do relatório, havia polos de educação financeira em cinco estados: Minas Gerais, Paraíba, Tocantins e Rio Grande do Sul.

De acordo com o relatório publicado no ano de 2025 pela organização Serasa Experian, apenas Tocantis figura entre os dez estados mais inadimplentes do Brasil, estando em sexto lugar. Paraíba e Rio Grande do Sul, aliás, encontram-se entre os últimos da lista.

Ainda no mundo virtual, foi desenvolvido o *website* Vida e Dinheiro, que oferece acessibilidade gratuita a conteúdos financeiros. Definido no relatório como “plataforma integradora” (AEF BRASIL, 2018, p. 14), os usuários podem acessar trabalhos acadêmicos relacionados ao tema, um mapa com informações de ações voltadas à educação financeira no Brasil e amostras de dados da ENEF. A plataforma integradora ‘Vida e Dinheiro’ é vista como

uma importante política pública, por garantir acesso gratuito de letramento financeiro aos cidadãos.

O uso de jogos eletrônicos para letramento financeiro também faz parte da estratégia, concretizada no jogo virtual *Tá O\$\$\$o*, disponível gratuitamente. Seu objetivo é ser utilizado como apoio para os professores nas aulas de Educação Financeira para crianças acima de 7 anos. O jogo é estruturado conforme a metodologia *edutertainment* (educação e entretenimento) e estimula ao consumo consciente e à mudança de comportamento ante os produtos financeiros, por meio da dinâmica denominada “Jogos de Simulação da Vida Real” (AEF BRASIL, 2018, p.11), em que o jogador adquire recursos no jogo e aprende a administrá-los, o que lhe permite receber recompensas caso seja bem-sucedido.

Também são postas situações de adversidade ao longo das fases, para que tome decisões, preparando-o para ocasiões semelhantes na vida real. Além disso, para estimular a competição entre os jogadores, foi incluída uma ferramenta que permite ver a pontuação de cada um, o que, além de favorecer a boa competição, permite a geração de relatórios personalizados. O jogo está acessível para computador, *smartphones* e *tablets*.

A Estratégia foca em atingir grupos populacionais diversos, entendendo que cada um possui diferentes necessidades que exigem graus distintos de letramento financeiro. Por isso, estabeleceu-se um programa de educação financeira voltado para mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família⁶ e pessoas aposentadas: as oficinas *Futuro na Mão* chegaram a 24 estados, incluindo o Distrito Federal, e as tecnologias sociais, produzidas com apoio do Ministério da Fazenda e Desenvolvimento Social, incluem-se neste projeto de alcance de parcelas mais vulneráveis da população.

O CONEF, a fim de dar visibilidade às iniciativas já existentes no Brasil, também estabeleceu o Selo ENEF, podendo ser contemplados empresas públicas ou privadas, pessoas físicas ou jurídicas que estejam de acordo com os objetivos e diretrizes da Estratégia. Segundo o relatório, procurou-se ainda dar maior destaque “tanto às iniciativas inclusivas (aquelas que permitirem a participação da comunidade) quanto aquelas voltadas para públicos específicos (população carcerária, indígenas, quilombolas, entre outros)” (AEF BRASIL, 2018, p. 21). Para encontrar iniciativas sujeitas ao recebimento do Selo ENEF, a CONEF realizou um Mapeamento Nacional das Iniciativas de Educação Financeira, que ainda serve como referência para a adoção de demais políticas públicas.

6 RESULTADOS

À análise do documento da ENEF e a confrontação do conceito de letramento financeiro anteriormente descrito, constatamos que há um esforço institucional por apresentar aos cidadãos brasileiros os conceitos básicos das finanças para que possam gerir os rendimentos próprios e os de sua família. Há diversas ações realizadas para formação de grupos socialmente vulneráveis e um foco especial em crianças e adolescentes. Este foco está de acordo com o termo *letramento*, que ora apontamos neste trabalho, apontada por Alves, Macedo e Lima (2023) como uma proposta educacional vinculada aos demais letramentos ensinados na escola.

A presença no mundo virtual certamente é um ponto positivo da Estratégia, tornando os conteúdos constantemente disponíveis (ou talvez não: verificou-se durante a produção deste artigo que o *link* do ‘Vida e Dinheiro’ está quebrado) e podendo atingir pessoas de todo lugar do Brasil ou do mundo se com acesso à internet. Também é positiva a educação por meio de

⁶ Programa de transferência de renda do governo brasileiro para famílias em situação de pobreza.

jogos virtuais, o aspecto lúdico do aprendizado, que atrai sobretudo os cidadãos nos anos iniciais da formação.

No que diz respeito aos espaços físicos utilizados pelo ENEF, não se constatou em momento algum a citação das bibliotecas, em qualquer uma das suas tipologias, mesmo que a escola tenha sido apontada como lugar de letramento financeiro tanto para os alunos quanto para os professores, que posteriormente ensinarão os alunos. A biblioteca escolar poderia ter sido uma alternativa de espaço e seu acervo uma alternativa de fonte de informação, o que não se constatou no documento. Atividades voltadas ao letramento financeiro poderiam ser incentivadas nas unidades informacionais dos estados mais inadimplentes, o que corresponde a uma métrica de baixo letramento.

A biblioteca pública, porém, seria a tipologia mais condizente com a missão de difundir conhecimentos relacionados às finanças. Enquanto a biblioteca escolar está vinculada sobretudo à comunidade escolar, a pública, dada à sua universalidade pode atender o máximo de pessoas em uma região. Tratando da sua missão, a *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA), atualizou em 2022 seu clássico manifesto, afirmando que “especialmente nos países em desenvolvimento, as bibliotecas ajudam a garantir que os direitos à educação e à participação na sociedade do conhecimento e da vida cultural da comunidade estejam acessíveis ao maior número possível de pessoas.” (IFLA, 2022, p.1).

A sua invisibilidade no relatório governamental pode ser explicada por um desvio do propósito desta tipologia ao longo das décadas na sociedade brasileira. Ana Lígia Medeiros (2010) já apresentava a história desse desvio quando a biblioteca pública foi configurada como uma espécie de auxiliar da educação formal pela baixíssima quantidade de bibliotecas escolares. Ainda, com o advento da internet banda larga e seu uso para pesquisas escolares, mesmo essa relevância desvirtuada da biblioteca acabou-se.

Havendo a urgência de uma mudança no *modus operandi* das bibliotecas públicas e uma ampla discussão sobre a realização desta mudança na literatura especializada, a escola pode não ser uma adversária mas uma aliada: com a introdução de ações de letramento financeiro no espaço da biblioteca pública, escolas podem ser convidadas a trazerem seus estudantes para tomar parte. Seria proveitoso uma atenção particular às escolas públicas, que costumam agregar crianças e jovens das classes baixas, o que vai na direção das ações da ENEF e da literatura biblioteconômica sobre trabalhar ações voltadas para grupos populacionais específicos, segundo renda e idade, atentos às suas necessidades informacionais.

E dado que a ENEF realizou parcerias com instituições públicas e privadas para atingir seu objetivo de educação financeira, o que é demonstrado na existência da própria CONEF como um esforço conjunto de instituições governamentais se unirem em prol do objetivo que é a educação financeira – o que é indicado como uma boa prática na literatura sobre o assunto (RUSA, 2014) –, as bibliotecas podem ser vistas como mais uma parceria bem-sucedida, acarretando benefícios para ambos os atores. Segundo Oliveira (2023, p. 63):

Estas poderão ceder espaço para as atividades, receberão maior atenção da comunidade onde sua influência está solapada, fornecerão as coleções disponíveis para complementar a educação financeira da audiência ou receberão verba por parte da ENEF para compor um acervo especializado em finanças, o que favorecerá o acesso e uso das informações financeiras por parte das classes baixas, como assinala Faulkner (2022b), colocando-o junto ao material informacional fornecido nesse governo como capazes de suprir essa lacuna (Oliveira, 2023, p. 63).

As bibliotecas públicas terão relevância perene nesta etapa da vida social ao tornarem-se espaço de aprendizado das TICs, que fornecem hoje informação a níveis gigantescos e

rapidamente, de forma que os usuários aprendam as competências que os ajudem a acessar, usar e avaliar criticamente o que lhes chega pelas ferramentas digitais (Arévalo e Duro, 2022). Instrumentos como aplicativos de bancos digitais, aplicativos de apostas online – chamados *bets* – e ameaças envolvendo golpes bancários pela facilidade do pagamento instantâneo virtual – o PIX – são algumas oportunidades de como os bibliotecários podem aplicar os princípios do letramento financeiro para os cidadãos brasileiros no futuro.

7 CONCLUSÃO

O letramento financeiro emerge como competência essencial na sociedade da informação, representando um campo ainda pouquíssimo explorado pela Biblioteconomia brasileira. Este estudo investiga o potencial das bibliotecas públicas como agentes de educação financeira, analisando políticas públicas nacionais e diretrizes profissionais. Partindo da competência informacional como base fundamental para o letramento financeiro, a pesquisa busca compreender como o Brasil incorpora as bibliotecas em suas estratégias de educação financeira.

Adotou-se como metodologia a abordagem qualitativa e a pesquisa documental. Os documentos avaliados foram o relatório da Estratégia Nacional de Educação Financeira e as diretrizes da *Financial Literacy Education in Libraries*, ambas as fontes relevantes para informar acerca das ações de letramento financeiro em nível nacional, pelo governo brasileiro, e internacional, pela associação profissional de bibliotecários estadunidenses.

Parte-se do conceito de competência em informação, seu contexto estadunidense na crise econômica de 2008 e o papel das bibliotecas públicas e das suas equipes para as práticas de letramento, observou-se um silêncio na Biblioteconomia brasileira relacionada ao conceito, bem como no relatório ENEF o foco no ambiente educacional formal, excluindo completamente o papel das bibliotecas públicas e escolares. Verificou-se que as ações orientadas a grupos populacionais específicos são um ponto positivo afirmado na literatura especializada em letramento financeiro e que a biblioteca pública poderia ser uma parceria bem-sucedida para otimizar o alcance destas ações.

Buscou-se compreender a ausência de menção das bibliotecas públicas – ou as demais tipologias – no documento da Estratégia Nacional a partir de um desvirtuamento histórico desta de sua função comunitária para compensar as carências das escolas, tornando-se gradativamente menos relevantes para as parcelas da população que não em idade escolar. Este mesmo desvirtuamento impede que esta tipologia seja vista como parceira em ações de letramento financeiro para aqueles que não frequentam mais a escola. Curiosamente, mesmo a biblioteca escolar é ignorada como um espaço para as ações.

Intenta-se que com este artigo os intelectuais da área da Biblioteconomia despertem para a importância deste conceito associado ao da competência em informação, com uma sólida tradição na ciência do Brasil, e sejam desenvolvidas pesquisas sobre a aplicação do letramento financeiro para as novas tecnologias que fazem a interseção com as finanças, assim como o uso dos espaços das bibliotecas, sobretudo as públicas, para a educação da população.

REFERÊNCIAS

ALVES, Mariana de Souza; MACEDO, Maria do Socorro Alencar Nunes; LIMA, Marcos Galindo. O debate terminológico-conceitual em torno do uso dos termos competência em informação, competência informacional e letramento informacional na primeira década dos anos 2000 no Brasil. **Liinc em Revista**, v. 19, n. 2, 2023. DOI: <https://doi.org/10.18617/liinc.v19i2.6576>. Acesso em: 26 set. 2025.

ARÉVALO, Julio Alonso; DURO, Ana Real. Por qué las bibliotecas y los bibliotecarios son ahora más necesarios que nunca? XXI Jornadas bibliotecarias de andalucia, nov. 2022. Disponível em: [https://aab.es/wp-content/uploads/2022/12/Bibliotecas-Boletin-124- %E2%80%93012-030.pdf](https://aab.es/wp-content/uploads/2022/12/Bibliotecas-Boletin-124-%E2%80%93012-030.pdf) Acesso em: 05 out. 2025.

ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO BRASIL. **Relatório anual 2018**. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wpcontent/uploads/2019/09/relatorio-anual-aefbrasil-2018.pdf>. Acesso em: 26 set. 2025.

BRASIL. Banco Central Do Brasil. **Brasil: Implementando a estratégia financeira nacional**. [Brasília, DF]: BCB, 2013. *E-book* (26 p.). Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf. Acesso em: 29 set. 2025.

CARVALHO, Flávio Leonel; CARLO, Mônica Ingrid da Silva. Letramento financeiro dos estudantes brasileiros: análise do PISA 2015. **Revista de Administração da Unimep**, v. 19, n. 2, p. 1-23, 2021. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/63385/letramento-o-financeiro-dos-estudantes-brasileiros--analise-do-pisa-2015/i/pt-br>. Acesso em: 25 set. 2025.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Declaração de Alexandria sobre competência informacional e aprendizado ao longo da vida**. Alexandria: IFLA, 2005. *E-book* (2 p.). Disponível em: <https://repository.ifla.org/rest/api/core/bitstreams/9a81219d-5d77-4de6-9532-4d4d8324022d/content>. Acesso em: 29 set. 2025.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Manifesto da biblioteca pública IFLA-UNESCO 2022**. Alexandria: IFLA, 2022. *E-book* (5 p.). Disponível em: <https://repository.ifla.org/handle/20.500.14598/2187>. Acesso em: 26 set. 2025.

LIMA, João Paulo Cavalcante; ANTUNES, Maria Thereza Pompa; NETO, Octavio Ribeiro de Mendonça; PELEIAS, Ivam Ricardo. Estudos de caso e sua aplicação: Proposta de um esquema teórico para pesquisas no campo da contabilidade. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, Brasil, v. 6, n. 14, p. 127–144, 2012. DOI: 10.11606/rco.v6i14.45403. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rco/article/view/45403>. Acesso em: 26 set. 2025.

MEDEIROS, Ana Ligia Silva. Biblioteca e cidadania. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 13, p. 10-45, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br>. Acesso em: 26 set. 2025.

OLIVEIRA, Gabriel Jorge Rodrigues. **Letramento financeiro: perspectivas para bibliotecas públicas**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://deposita.ibict.br/handle/deposita/579>. Acesso em: 26 set. 2025.

OLIVEIRA, Gabriel Jorge Rodrigues. Competência em informação em perspectiva histórica. **Biblionline**, João Pessoa, v. 20, n. 3, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4775.2024v20n3.70961>. Acesso em: 26 set. 2025.

REFERENCE AND USER SERVICES ASSOCIATION (RUSA). **Financial literacy education in libraries:** guidelines and best practices for service. Chicago: American Library Association, 14 ago. 2022. *E-book* (32 p.). Disponível em: <https://www.ala.org/rusa/financial-literacy-education-libraries-guidelines-and-best-practices-service-0>. Acesso em: 02 out. 2025.

SERASA EXPERIAN. **Mapa da inadimplência e renegociação de dívidas no Brasil.** [S.l.], fev. 2025. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renogociacao-de-dividas-no-brasil/>. Acesso em: 26 set. 2025.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 24 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SPIRANEC, Sonja; ZORICA, Mihaela Banek; SIMONCIC, Gordana Stokic. Libraries and financial literacy: perspectives from emerging markets. **Journal of Business & Finance Librarianship**, [S.l.], v. 17, n. 3, p. 262-278, 2012. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/08963568.2012.686438>. Acesso em: 26 set. 2025.